



H334

### **A TRANSIÇÃO DO TRABALHO E O PROJETO NACIONAL**

Andréa Bertelli Peres (Bolsista SAE/PRG) e Profa. Dra. Lígia Maria Osório (Orientadora), Instituto de Economia – IE, UNICAMP

Em fins do século XIX o Brasil aboliu o trabalho escravo e, para substituí-lo, recebeu milhões de imigrantes. Tal influxo populacional não foi de todo espontâneo. Tanto o financiamento da viagem, como a hospedagem e a alocação das pessoas constituíam uma política oficial de promoção, legitimada porque vista como indispensável ao progresso nacional. Contudo, o processo de transição do regime de trabalho não foi uniforme a todo país. Esteve a cargo de imigrantes apenas no sudeste, sobretudo em São Paulo, enquanto nas outras áreas coube aos nacionais, brancos e negros. O estudo apresentado teve como objetivo identificar as características fundamentais desta transição, abordando dois aspectos da questão. Primeiro, a investigação deteve-se sobre os fatores reais, ou seja, tentou esclarecer sobre as condições da produção agrária em diferentes áreas, quais alternativas se apresentavam ao trabalho escravo na época e os interesses que cada uma delas privilegiaria. Daí identificou-se que a imigração em larga escala atendeu exclusivamente às necessidades dos cafezais paulistas mais produtivos, o que implicou no abandono das demais regiões. Em seguida, foi abordado o contexto político e ideológico. Disto ficou evidente como teorias e ideologias estrangeiras influenciaram a escolha imigrantista. Em especial, foi observado como o Partido Republicano Paulista defendeu-a, construindo um ideário liberal de progresso. Por fim, as partes se complementam para esclarecer as conseqüências da escolha feita.

Imigração – Trabalho – Ideologia